

State of the Union 2016: Mulheres na Europa e no Mundo

Discurso de abertura pela Professora Ruth Rubio Marin
Instituto Universitário Europeu, Palazzo Vecchio, Florença, 6 de Maio de 2016. ¹

I. Introdução

Gentili ospiti, colleghi, autorità e amici, eccellentissime Madri, comprese quelle che non sono qui e che sono lo stesso da ringraziare per tutti coloro che sono qui, compresi i padri che hanno fatto anche loro quello che di solito fanno le madri, e compresa la mia stessa madre che si trova qui tra di noi accanto ai miei figli Simón e Lucas. É per me un vero onore essere in questo Salone dei Cinquecento che accoglieva il Gran Consiglio della Repubblica Fiorentina, con i suoi 500 membri, tutti maschi!! ad essere una delle tante voci di donne e uomini che nella giornata di oggi parleranno sulle stato delle donne in Europa e nel resto del mondo.

Caros convidados, colegas, honrados oficiais e amigos, suas excelências as mães, incluindo aquelas que não estão presentes mas a quem temos também de agradecer, incluindo os pais que fizeram aquelas coisas que em regra são da responsabilidade das mães, incluindo a minha mãe que está conosco nesta sala, esta manhã junto dos meus filhos Simon e Lucas. É para mim uma grande honra estar aqui, no ‘Salone dei Cinquecento’, este Hall dos Quinhentos, que um dia foi a sala de reuniões para o Grande Conselho da República Fiorentina, todos os 500 eram homens! É uma honra estar entre as muitas vozes, masculinas e femininas, que irão hoje falar sobre o estado das mulheres na Europa e no resto do Mundo.

Senhoras e senhores, a Europa está a fazer um grande esforço, está envolvida no mais acentuado e profundo esforço desde da fundação da União Europeia há cerca de seis décadas atrás, como um projeto humano com dimensões económicas, políticas e sociais. A Europa vive uma prolongada crise económica com severas implicações sociais. A Europa confronta-se com uma crescente ameaça terrorista, bem como, um aumento do populismo, do nacionalismo xenófobo e do fundamentalismo religioso de diferentes confissões. O facto do risco de Grexit não ter desaparecido por completo e a iminência de Brexit, reflete o acentuar da desilusão de muitos com o projeto Europeu.

¹ O presente texto é uma tradução da versão escrita do discurso do ‘State of the Union’ do Instituto Universitário Europeu proferido no Palazzo Vecchio, Florença, Itália, a 6 de Maio de 2016. A tradução em português foi feita por Benedita Menezes Queiroz. Para citações e o texto completo com referências bibliográficas, veja-se, por favor, a versão inglesa em Ruth Rubio-Marin, “Women in Europe and in the World: The State of the Union 2016”, 14 I.CON (2016).

Milhares de refugiados afogam-se nos nossos mares, enquanto outros milhares – mais de um milhão – batem-nos à porta, para lhes ser negada uma resposta humana e digna, que sabemos que eles merecem, por direito próprio. Sabemos isto, porque muitos dos nossos antecessores, confrontados com os horrores da perseguição, guerra e outras forças que ameaçam vidas, bateram em portas parecidas, ou porque ainda há pouco tempo atrás e para muitos, fomos nós próprios essas forças. Alguns de vocês perguntam-se: neste contexto, de que serve um ‘State of the Union’ dedicado à Mulher?

Deixem-me perguntar-vos, então: quando é o momento certo para a questão da Mulher? Se retrocedermos na história, aproximadamente há um século atrás, no momento da luta das mulheres pelo direito ao voto em diferentes países Europeus, encontramos vários exemplos de como foi pedido às mulheres para esperarem, com a generosidade e o autossacrifício que tantas vezes é delas esperado, devido a outras causas consideradas ‘mais importantes’ ou ‘mais urgentes’, todas elas lutaram em nome da liberdade e da igualdade: a luta da classe socialista, movimentos nacionalistas, esforços de guerra ou tentativas de limitar o poder da Igreja e da monarquia como vestígios do Antigo Regime. Mas, apercebemo-nos agora de que, aquilo que nos foi negado no passado, a inclusão as mulheres na construção das democracias europeias, era também um aspecto urgente da igualdade e da liberdade. Portanto, vou defender hoje que as credenciais democráticas europeias e o compromisso com a justiça social são postas em causa por este momento crucial e é essencial para determinar o seu sucesso ou fracasso, a forma como a Europa responde à questão da mulher.

Mas perguntam-se vocês qual é, exatamente, a questão da mulher hoje na Europa, agora que as mulheres têm os mesmos direitos e liberdades que os homens, agora que, finalmente, apagámos dos nossos sistemas legais os, lamentáveis e explícitos, traços de uma sociedade patriarcal que equiparava as mulheres aos menores. Apesar da igualdade formal do seu estatuto legal, hoje a infeliz realidade das mulheres na Europa, que perfazem mais de metade da população, é serem ainda um grupo oprimido. Como é que isto pode ser interpretado? Antes da sua prematura morte, a filósofa Iris Young explicou na sua obra que opressão se define como qualquer sistema que reduza o potencial das pessoas para serem completamente humanos, porque são tratados de uma forma desumana, ou porque, lhes são negadas oportunidades que lhes permitiriam alcançar o seu total potencial humano, tanto mental como fisicamente. Lembrem-se de que a opressão não acontece apenas nos casos de um tirano cruel com más intenções. De facto, numa sociedade liberal bem intencionada é possível impor um sistema restritivo a grupos e assim limitar a sua liberdade, fundamentando-se não só em regras explícitas, mas também, em inquestionáveis normas, hábitos e símbolos. A opressão tem, de acordo com Young, cinco faces, nomeadamente: a violência, a exploração, a marginalização, a impotência e o imperialismo cultural.

Senhoras e senhores, devemos (ainda que paradoxalmente) congratular-nos porque, finalmente, temos prova empírica que demonstra que as mulheres na Europa, algumas claramente mais do que outras, são confrontadas com essas cinco faces da opressão na sua existência diária. Estes dados foram recolhidos por de estudos rigorosos e por instrumentos desenvolvidos recentemente, incluindo um inquérito à escala da UE sobre violência contra as mulheres, da autoria da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais em 2014, um relatório baseado em entrevistas com 42,000 mulheres dos 28 Estados Membros da UE. Temos também o excelente relatório sobre igualdade entre Homens e Mulheres do mesmo ano elaborado pela Comissão Europeia e pelos Relatórios do Index da Igualdade do Género do Instituto Europeu para a Igualdade do Género, que tem vindo a medir rigorosamente a igualdade do género na União Europeia e a sua evolução entre 2005 e 2012, rastreando disparidades de género em várias áreas relevantes para o enquadramento de políticas europeias, incluindo trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder, saúde, violência e outras desigualdades relacionadas.

Este é o meu ponto de partida para explicar porquê e como as mulheres na Europa continuam a ser oprimidas, propondo possíveis cenários para o futuro. Confrontarei as possíveis implicações deste cenário com o próprio entendimento da UE como um espaço geopolítico comprometido a valores democráticos e a ideias de justiça igualitária: este compromisso, na minha opinião, deve ser parte da *raison d' être* da União Europeia.

Permitam-me que comece analisando o que nos dizem estes dados. Onde podemos encontrar reflectidas as 5 faces da opressão das mulheres Europeias?

II. As faces da Opressão das Mulheres

Violência

A primeira, e a pior, a *Violência*

Grande parte da recente atenção pública é dedicada à violência praticada contra mulheres migrantes, o olhar Ocidental que Orientaliza ‘as outras mulheres’, incluindo aquelas que são vítimas de tráfico, muitas vezes para efeitos de exploração sexual, e aquelas raparigas que são sujeitas a mutilação genital feminina. No entanto, o relatório da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais, corretamente, optou por falar sobre nós e não sobre elas. O que sabemos sobre nós, é que hoje na UE, 1 em cada 3 mulheres vivenciou violência física e/ou sexual pelo menos uma vez desde os 15 anos de idade, o que implica 59.4 milhões de vítimas, com o ratio similar aplicável a raparigas abaixo dessa idade. Sabemos também que 1 em 20, ou um grupo de cerca de 9 milhões de mulheres, foi violada pelo menos uma vez desde os 15 anos, uma experiência que deixa os seus sobreviventes com medo, raiva, vergonha, ansiedade e perda de auto/confiança. Sabemos que entre 45 e 55!! por cento de mulheres na Europa viveu alguma forma de perseguição, sendo a cyber perseguição uma tendência cada vez mais comum entre os jovens. E ainda assim duvido que estes números incluam as formas de violência que têm um impacto diferente, em particular, relativamente a mulheres vulneráveis, incluindo mulheres migrantes (que devido ao seu estatuto migratório vivem, normalmente, situações de extrema dependência do marido, do empregador ou de ambos), requerentes de asilo e refugiadas (que, neste momento, são vítimas de tráfico e que são abusadas sexualmente por oficiais, traficantes, e outros refugiados em zonas de trânsito e centros de recepção), ou mulheres portadoras de necessidades especiais (que por definição vivem na periferia da sociedade e da ordem legal).

Aquilo que é particularmente doloroso, senhoras e senhores, é o facto de, para cada 1 em 5 mulheres, a experiência de violência física e/ou sexual ocorre da mão do parceiro atual ou do anterior. Também assustador, muito assustador é saber que apenas 14 por cento das mulheres denunciam à policia o incidente mais sério de violência levado a cabo pelo seu parceiro íntimo.

Portanto, senhoras e senhores, chamem-lhe o que quiserem, mas para mim, isto significa que milhões de mulheres Europeias vivem num estado de terror e opressão, muitas vezes nos seus próprios lares, nas suas escolas, bairros e locais de trabalho.

Exploração e Marginalização

Uma nota agora sobre Exploração e Marginalização, a segunda e a terceira face da opressão.

Atualmente, a percentagem de mulheres empregadas é ainda 63.5 por cento e por cada euro que os homens ganham, as mulheres, ainda que na mesma ocupação e com a mesmo nível de formação, ganham 84 cêntimos. A disparidade salarial em função do género é perpetuada pela prática generalizada da falta de transparência à volta do pagamento por quase todos os empregadores. Ainda mais preocupante é a disparidade nas pensões entre homens e mulheres que é de cerca de 38 por cento, ou o facto de um terço das mulheres não receber pensão de todo, isto expõe mulheres de idade avançada, em conjunto com mães solteiras, a um maior risco de pobreza e marginalização.

A segregação profissional concentra as mulheres nos sectores menos lucrativos. A probabilidade das mulheres com emprego trabalharem em part-time é ainda quatro vezes maior do que para os homens, especialmente, quando combinado o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado. No total a discrepância na remuneração que resulta de ser paga menos por hora, trabalhar menos horas em trabalhos remunerados e ser sub-representada em trabalhos bem pagos, atinge os 37 por cento. Ainda assim, quaisquer dados são irrelevantes quando comparados à provável realidade da disparidade em função do género relativamente aos recursos económicos, pois curiosamente, os dados sobre segregação do género em relação a recursos de outros ativos financeiros, como a obrigações ou ao mercado imobiliário, simplesmente não existe.

Entretanto, senhoras e senhores, os homens trabalhadores dedicam apenas 9 horas por semana à prestação não remunerada de cuidados e ao trabalho doméstico, contrastando com as 26 horas semanais a cargo das mulheres trabalhadoras que, por sua vez, asseguram três vezes mais a carga de trabalho. Entretanto, senhoras e senhores, muitas mulheres imigrantes encontram empregos com salários baixos como amas sem registo, empregadas, ou acompanhantes de pessoas idosas. Isto permite às mulheres que auferem de uma elevada remuneração aumentar as suas horas no mercado de trabalho sem subsídios públicos: uma solução de mercado para a prestação de cuidados que pode ser eficiente a curto prazo, mas que a longo prazo é simplesmente insustentável. Esta solução priva, os países de baixos rendimentos, de onde são originários estes imigrantes, de gerar receita em troca de terem educado e formado estas pessoas, para além das voluntárias (e muitas vezes temporárias) remessas individuais e ainda é responsável pelo esgotamento, nestes países de origem, dos seus próprios recursos para a prestação de cuidados.

Na minha opinião, isto exemplifica aquilo a que Young chama de exploração, ou seja, utilização do trabalho das pessoas para produzir lucro sem lhes oferecer uma compensação justa; e ainda o que ela identifica como marginalização: o ato de relegar um grupo de pessoas a uma classe social mais baixa ou ao limite externo da sociedade, onde as mães solteiras, Excelentíssimas mães, cada vez mais se encontram, tanto na Europa, como em qualquer lugar.

Impotência

A impotência é a Quarta Face da Opressão.

Não mais de um quarto dos administradores das maiores empresas cotadas publicamente nos Estados Membros são mulheres, apesar de representarem quase metade do mercado de trabalho. A Novembro de 2014, representavam apenas 28 por cento da média dos deputados eleitos para os parlamentos e para os governos nacionais.

Ainda assim, houve algum progresso ao nível das instituições Europeias, no entanto, estamos longe da paridade. A proporção de mulheres no Parlamento Europeu é, neste momento, a mais alta de sempre: 37 por cento, mas ainda está a 13 pontos de distância da paridade. A nova Comissão é constituída por 19 homens e 9 mulheres; apenas 21 por cento dos juizes do Tribunal de Justiça da União Europeia são mulheres; e o conselho que governa o Banco Central Europeu é ainda constituído por 22 homens e 2 mulheres.

Escusado será dizer que, o número de mulheres que conseguiram quebrar as barreiras e ocupar o domínio masculino do poder, da autoridade e da tomada de decisão seria muito mais baixo se olhássemos para mulheres com salários baixos ou para migrantes.

Imperialismo Cultural

Finalmente, o imperialismo cultural.

Na origem da injustiça do género está o androcentrismo, que a teórica política Nancy Fraser define como um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia características associadas com a masculinidade, enquanto desvaloriza tudo o que for codificado como feminino. Padrões de valor androcêntrico têm expressão em muitas áreas do direito, das políticas governamentais, mas também na cultura popular, no uso da linguagem e nas interações diárias, incluído no mercado. Ou será por acaso que, que de acordo com os estereótipos, os empregos das mulheres (para além de serem mais mal pagos), estão provavelmente mais relacionados com as prestações de cuidados e o sustento, empregos estes que são altamente intensivos e com um potencial limitado para o aumento da produtividade? A verdade é que, senhoras e senhores, o valor social das prestações de cuidados, que é absolutamente essencial para manter a economia e a sociedade de mercado, Excelentíssimas mães, não é devidamente reconhecido. Existe um antigo dualismo hierárquico entre produtividade e o trabalho reprodutivo; e como o vencedor do prémio Nobel, Joseph Stiglitz reconheceu, a total falta de qualquer relação entre benefícios privados e retornos sociais. São as normas sociais e a falta de uma noção clara de produtividade marginal, que determinam salários. Pensem no exemplo dado pelos autores Perrons e Plomien, de um executivo de um banco falido do Reino Unido que manteve o seu emprego para aconselhar na reestruturação do banco, com um salário equivalente a três vezes e meia mais do que salário anual de uma prestadora de cuidados infantis com vinte anos de experiência.

Ainda assim, o androcentrismo não é a única forma de imperialismo cultural imposto às mulheres na Europa. A heteronormatividade e formas de imperialismo étnicas e religiosas também afectam as vidas das mulheres na Europa: perguntem a uma mulher lésbica em busca da expressão completa das suas emoções e desejos familiares; perguntem a uma mulher Roma em busca do respeito pela sua autonomia sexual e reprodutiva; perguntem a uma mulher transgénero em busca de reconhecimento legal; ou a uma mulher Muçulmana adulta que quer usar o véu sobre a cabeça na universidade, e elas vos dirão.

III. Opções para o Futuro: A Europa num Momento Crucial

Então, o que fez a Europa e o que está a fazer a União Europeia a este respeito? A Europa, senhoras e senhores, está num momento crucial. Deixem-me explicar-vos porquê:

Desde da sua criação, a UE tem defendido de uma forma consistente o crescimento económico e a coesão social. Esta preocupação com as desigualdades socioeconómicas e com o objectivo final de melhorar as condições de vida das pessoas evoluiu desde o Tratado de Roma, passando

pela Estratégia de Lisboa com os seus pilares económicos, sociais e ambientais, até à atual Europa 2020 com vista a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A busca pela igualdade de género, que começou com a igualdade de remuneração no Tratado de Roma e foi seguida por várias directivas e políticas inovadoras, esteve no centro deste avanço e foi vista como essencial para a implementação bem sucedida da agenda económica e para o crescimento. O objectivo durante todo o processo tem sido o de proporcionar às mulheres igualdade de oportunidades em domínios como o emprego e os serviços e protegendo-as, ao mesmo tempo, das práticas discriminatórias enquanto mães, de forma a preservar o tradicional compromisso Europeu, desde a criação do estado social, com a proteção da família e da maternidade.

Em particular, a partir de meados dos anos noventa, no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, gerada num contexto em que se assumia que não seria imposto um limite global às oportunidades de emprego, a promoção do emprego das mulheres e da igualdade do género ganhou uma nova legitimação que, por sua vez, pressionou todos os Estados Membros a melhorar os seus sistemas de paternidade e maternidade e a aumentar os serviços de cuidados infantis de forma a alcançar o objectivo do aumento das taxas de empregabilidade das mães. Além de considerações económicas, tanto a União Europeia, como o Conselho da Europa começaram a apoiar um objectivo mais ambicioso relativamente aos direitos das mulheres como um critério fundamental da democracia, fazendo eco da preocupação expressada a um nível global na Conferência e na Plataforma de Acção de Pequim. O objectivo em muitos países tornou-se o da democracia paritária, um conceito com origem na Europa.

Mas, infelizmente, análises recentes dos documentos políticos da UE, no que toca a objectivos, instrumentos e ao enquadramento decisório, sugerem que a atenção às questões do género é cada vez menos proeminente e menos adequada em comparação com as décadas anteriores. Este sentimento decrescente de urgência nas políticas Europeias está claramente relacionado com o início da crise financeira e económica e com as medidas de austeridade que se seguiram. Infelizmente, a percepção da crise económica, como em primeiro lugar, uma crise para os homens teve como consequência a abstenção de considerações sobre igualdade de género nas decisões políticas durante a crise. Muitos países assistiram a uma diminuição dos compromissos relativos à igualdade do género, com o bloqueio ou cortes severos na maquinaria das políticas da igualdade género. A mensagem implícita parece ser a de que tais políticas são, na melhor das hipóteses, uma distração à presente crise. Isto não significa, porém, a ausência concretizações durante os últimos anos. De facto, aconteceram marcos importantes, em particular, relativamente à luta contra a violência, como a adoção da Convenção de Istambul para a prevenção e o combate da violência contras as mulheres e da violência doméstica, em 2011. Devemos também celebrar a adoção, ao nível da UE, da Directiva relativa à prevenção e à luta contra o tráfico de seres humanos (2011) e a Directiva relativa à proteção das vítimas (2012). No entanto, com a exceção do Acordo-quadro sobre a licença parental a prorrogar o período de licença parental para 3 a 4 meses, todas as outras iniciativas legislativas no sentido do empoderamento das mulheres e da subversão dos papéis de género falharam, incluindo as reformas propostas à Licença de Maternidade, a Directiva relativa ao tempo de trabalho, e ainda a Directiva sobre o equilíbrio do género em órgãos sociais.

Então, crise, crise, austeridade e mais crise! Qual foi o impacto da crise e da austeridade nas mulheres e nas disparidades em função do género? Tendo o trabalho de Karamessini e Rubery como ponto de partida, aprendemos essencialmente três coisas:

1. Em primeiro lugar, apesar do decréscimo do emprego, tanto para homens como para mulheres, no início da crise, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou, devido ao chamado ‘added worker effect’. Longe de deixarem o mercado de trabalho, as mulheres desempregadas continuaram à procura de emprego, muitas tornaram-se a única pessoa a promover o sustento da família e algumas entraram no mercado de trabalho pela primeira vez. Nas economias avançadas, aparenta ser improvável o regresso ao modelo de ganha-pão masculino. Este modelo implicaria um restabelecimento da estrutura tradicional da família, fundada em fortes laços familiares, emprego seguro masculino e remunerações suficientes para toda a família, nada disto parece estar próximo. Tendo em conta a população envelhecida, há um interesse generalizado em manter, tanto homens como mulheres, no mercado de trabalho por mais tempo.
2. Em segundo lugar, as desigualdades em função do género no trabalho parecem ter diminuído de certa forma. Isto deve-se, no entanto, ao aumento da perda de emprego e à propagação dos empregos em part-time e de outras formas flexíveis de trabalho entre os homens, aos salários congelados, aos cortes salariais e, de uma forma geral à deterioração das condições de trabalho que afectam a todos. Assim, por outras palavras, presenciamos um processo de nivelamento por baixo que diminuiu as desigualdades em função do género.
3. Finalmente, no quadro da austeridade e da políticas de consolidação fiscal, verificou-se uma contração do sector público, que é um importante empregador para as mulheres, bem como um recuo do Estado em relação à reprodução social, que se manifestou através da redução do apoio aos pais trabalhadores, aos cuidados a longo termo com os idosos e com pessoas portadoras de deficiência. De acordo com a economista feminista Nancy Folbre, esta evolução significa que a desigualdade em função do género per se, está a tornar-se menos crítica do que as tendências categorizadas como ‘o empobrecimento da maternidade’ e a ‘maternalização da pobreza’, que, escusado será dizer, têm um impacto díspar nas mulheres.

Ora aqui estamos nós. Ao avançarmos com estas tendências é possível identificar dois cenários. A meu ver apenas um é compatível com o entendimento original da Europa, fundado num compromisso com a igualdade entre géneros, a democracia e a justiça social.

No primeiro cenário, as recentes tendências intensificadoras do neoliberalismo e as suposições de que a economia e as políticas económicas são geradoras de riqueza e produtivas, enquanto que, as políticas sociais são improdutivas, constituindo assim custos e atrasos no crescimento, manter-se-ão. Na opinião de muitos, sob a égide deste cenário é possível antecipar uma maior polarização das sociedades de acordo com classe e etnia. Isto é, podemos esperar uma equiparação das condições financeiras e de emprego entre mulheres e homens migrantes com um nível inferior de instrução e, por sua vez, o aumento da disparidade em função do género no que toca à situação e às perspectivas dos mais qualificados, que é a realidade nos Estados Unidos nos dias de hoje. Esta situação terá como consequência o aumento da desigualdade entre os dois grupos e o nivelamento por baixo das posições de trabalho e das perspectivas dos homens e das mulheres. Simultaneamente, o fracasso do desenvolvimento do apoio estatal no sector dos cuidados ou, a redução das suas provisões podem suscitar diferentes reações, de acordo com a classe e o género. Mulheres com um nível de instrução inferior podem aumentar o tempo gasto com trabalho não remunerado ou aumentar o seu envolvimento em trabalhos em regime de part-time; por sua vez, mulheres com um nível superior de instrução podem sentir mais necessidade de trabalho

doméstico remunerado ou de uma divisão igualitária das tarefas relativas aos cuidados com o seu parceiro. Neste cenário, então, aqueles com maiores necessidades de cuidados, mulheres provenientes de classes sociais mais baixas, mulheres migrantes, mulheres jovens, pais solteiros, seriam os maiores vencidos. As taxas de fertilidade continuariam baixar, bem como, a ideologia conservadora da família e do género continuaria a difundir-se, em parte como uma reacção e em particular, mas não exclusivamente, em alguns dos novos Estados Membros da União Europeia, o que pode causar mais rupturas na UE.

Num cenário diferente, a contemporânea crise económica global seria entendida, e já muitos afirmaram que o deveria ser, como uma oportunidade para divergir do predominante modelo capitalista neoliberal. Uma proposta poderia ser apresentada para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, que, ao contrário da posição tradicional da esquerda, agora integrava a perspectiva do género e considerava o valor das atividades fora do mercado, incluindo as prestações de cuidados. Este novo enquadramento emancipador teria de continuar a questionar os estereótipos do género e os pré-determinados papéis de género, integrando preocupações económicas, ambientais e a reprodução social. A representação igualitária das mulheres na tomada de decisão, ou seja a democracia paritária, faria parte do cenário. Mas para além da presença igualitária, esta proposta pressupõe a implementação de uma inovadora política de igualdade do género, como a inclusão do género nas políticas macroeconómicas e o ‘gender budgeting’. As políticas de equilíbrio entre a vida profissional e familiar seriam intrinsecamente favoráveis para todos, não só para as mulheres. Esta proposta exigiria cuidados infantis de qualidade e acessíveis, atividades pós-escolares e prestações de cuidados para outras pessoas dependentes (incluindo os idosos e as pessoas portadoras de necessidades especiais). Exigiria também igualdade entre mulheres e homens em relação a licenças com vencimento que seriam intransmissíveis. Imporia a necessidade de situações laborais flexíveis, como trabalho partilhado a partir de casa, horários de trabalho flexíveis e outras medidas inovadoras para promover a igualdade na partilha do trabalho e das prestações de cuidados (incluindo através de incentivos fiscais).

Para terminar, apenas neste segundo cenário podemos aspirar a colmatar as disparidades de género que, ainda hoje, configuram as 5 faces da opressão das mulheres Europeias, e a ultrapassar a rigidez de uma ideologia do género que afectou tantas mulheres e tantos homens, de tantas formas e durante tanto tempo. Apenas neste segundo cenário, podemos ter a expectativa de prevenir a deterioração generalizada das condições de vida das classes média e baixa, o medo, a insegurança e o sentimento de desapropriação que daí advêm, e que afecta os jovens (senhoras e senhores, uma geração inteira perdida?!?) de forma particularmente dura. Este medo, insegurança e desapropriação pode apenas alimentar fundamentalismos religiosos, daqueles que muitas vezes se definem, precisamente, através do controlo dos corpos e da sexualidade das mulheres. Pode apenas gerar racismo, xenofobia e populismo e, com isso, criar uma existência infernal para os migrantes entre nós, os migrantes que são necessários para pagar as nossas pensões, manter o crescimento da população e tomar conta das nossas crianças e idosos; e ainda uma existência infernal para os requerentes de asilo que se afogam nas nossas águas. Não irá este medo, insegurança e desapropriação encorajar os homens Europeus, incluindo os jovens, a desistir inteiramente daquilo que Rousseau teria chamado de ‘ilusão do senhor sobre o escravo’, isto é, o domínio masculino, já que os homens podem entender uma hierarquia fundada no género como o último bastião do conforto e como uma protecção do próprio eu num contexto de emasculação. Isto significa miséria para as mulheres que irão continuar a viver aterrorizadas nas suas próprias casas. E se estas forças prevalecerem, senhoras e senhores, Excelentíssimas mães, a Europa terá então perdido, não só o seu compromisso com a igualdade e justiça, mas também todas as suas credenciais democráticas.

Por isso agora, mais do que nunca, é exatamente o momento para ser colocada a questão da Mulher e para serem abordados todos os outros assuntos que se relacionam diretamente com ela. E o Salone dei Cinquecento é, precisamente, o lugar para o fazer, pois este Salone foi construído em 1494 depois de uma das expulsões da família Medici de Florença - Florença, o berço do Renascimento e do humanismo, um movimento que procurou derrotar as múltiplas formas de dogmatismo medieval. Da mesma forma no presente, se nos confrontarmos verdadeiramente e abordarmos a questão da Mulher, pode ser necessário o afastamento de dogmatismos que rodeiam os não regulamentados mercados globais financeiros, estados neoliberais austeros e a autossuficiência dos seres humanos. Pode ser necessário o regaste, tal como foi no Renascimento, do homem individual e, certamente também, da mulher individual das diferentes formas de tirania e das suas modernas iterações.

Muito obrigada pela vossa atenção.